



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

ATA DA 135ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ POPRUA
REALIZADA NO DIA 04 DE FEVEREIRO DE 2026 (QUARTA-FEIRA) ÀS 15H00.

Participantes Governo: Deborah Aparecida La Rocca (SMDHC); Patrícia Goreti (SMDHC); Myllena Candido (SMDHC); Josoé Durval (SMDHC); Mary Luciana (SMADS) Luci (SMDHC/ODH); Thiago Fijós (SME); Luciana Braga (SGM); Erico Baptistella (SMSUB), Maria Isabel Capinan (SGM); Thais Silva (SMADS)

Participantes Sociedade Civil: Gisele Abreu.

Participantes Organização Social: Beatriz Clemente (FÓRUM DA CIDADE), Mabel Andrade (AEB).

Participantes convidados: Daniela Santiago (SMDHC).

Local: Câmara Municipal dos Vereadores – Prestes Maia (CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO), andar –1.

Pauta anterior: Deliberar sobre a inclusão do conselheiro amigo indicado; Agenda periódica de visitas e monitoramento nos equipamentos, Centro de acolhida, Vila reencontro, repúblicas, CAE morada São João.

A 135ª Reunião Ordinária do Comitê PopRua prevista para 04 de fevereiro de 2026, foi presidida por Deborah La Rocca e Josoé Aguiar.

A 135ª reunião foi iniciada pela coordenadora Débora La Rocca (SMDHC), que saudou os presentes, declarou abertos os trabalhos no Plenário e informou sobre a transmissão online da reunião. Após a conferência de quórum, realizada em primeira chamada às 15h00, foi informado aos presentes que ainda não havia quórum suficiente para o início



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

da reunião. Diante disso, a coordenadora comunicou que seria realizada uma segunda chamada às 15h30, momento em que ocorreu a composição da mesa. A mesa foi composta por representantes das pastas de governo — SMADS, SGM e SMDHC — e por representantes da sociedade civil, incluindo Gisele Abreu, representante da organização social Beatriz Clemente (Fórum da Cidade), e conselheiro amigo José França.

José Aguiar (Secretário executivo), informa que no dia 4 de fevereiro de 2026, quarta-feira, às 15h00, em primeira chamada, foi informada a abertura prevista da reunião. O Comitê é composto por todas as pessoas titulares ou suplentes eleitas, representantes do governo e da sociedade civil. Conforme previsto no regimento, na ausência de quórum na primeira chamada, seria realizada segunda chamada às 15h30. Verificou-se que não houve quórum suficiente tanto na primeira quanto na segunda chamada, impossibilitando o prosseguimento da reunião. Em seguida, foi realizada chamada nominal dos membros, registrando-se as seguintes presenças e ausências:

Adriana Ribeiro (ausente), André Aio (ausente), Gisele Abreu (presente), Carol (ausente), Danilo (ausente), Cristian (ausente), Lírio Negro (ausente).

Pela organização AEB: Mabel (presente), pelo Centro Gaspar Garcia: Sheila (ausente). pelo Fórum da Cidade: Beatriz Clemente (presente), pela CISARTE: Darcy Costa (suplente), pelo Centro de Convivência: É de Lei: Cleiton Ferreira (ausente).

Pelas Secretarias: Secretaria de Direitos Humanos (presente) e Secretaria de Saúde (presente). As Secretarias da Subprefeitura, SMADS, SEAB, SMDet e SGM não registraram presença, assim como seus respectivos suplentes.

Conselheiros amigos: Aglai (ausente), Luís Fernando (ausente), Tamara (ausente), José França (ausente) e Maria Thuane (ausente).

Também não houve registro de presença da Rede Brasileira de Redução de Danos, do Coletivo Tem Sentimento.

Logo após a segunda chamada José França e Maria Thuane adentraram a reunião.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Diante da ausência de quórum regimental, foi informado que a reunião não poderia ser iniciada. Foi ainda apresentada sugestão, colocando-se a instância à inteira disposição da Secretaria de Direitos Humanos.

Déborah La Rocca informou que a sugestão apresentada poderia ser acolhida, uma vez que a definição da pauta não compete exclusivamente à Coordenação da População em Situação de Rua. Esclareceu que, no mês de janeiro, a pauta foi discutida em reunião extraordinária e que estava previsto para a presente data uma palestra de abertura, considerando que o ano de 2026 será marcado pela eleição do Comitê, além da realização de falas abertas, inclusive para acolhimento de denúncias. Nesse sentido, solicitou que Luci, representante da Ouvidoria, apenas sinalizasse sua presença, destacando que ela se encontrava disponível para acolher eventuais situações de denúncia. A coordenadora explicou ainda que, após a realização da reunião extraordinária — havendo inclusive registros por e-mail — a SMADS solicitou um espaço nesta reunião para a apresentação do Censo. Solicitou, inclusive, que a SMADS confirmasse essa informação em plenária.

Esclareceu aos conselheiros que, em razão da ausência de quórum e da impossibilidade de deliberação — conforme previsto no regimento e de conhecimento de todos desde o processo de candidatura ao cargo de conselheiro —, seria possível utilizar o tempo da reunião para a apresentação, pela empresa presente (agradecendo sua participação), em conjunto com a ES, sobre como será realizado o Censo Pop Rua no ano de 2026. A coordenadora ressaltou que a realização do Censo foi deliberada em outubro, antes de sua entrada na coordenação, informação da qual teve conhecimento por meio dos vídeos das reuniões. Informou ainda que Josué, que também ingressou recentemente na equipe, acompanhou esse histórico, e destacou que a deliberação consta em ata, podendo ser resgatada para consulta.

Gisele Abreu e Intervenções da População inicia uma discussão sobre a organização da plenária e quem deve ser considerado "conselheiro amigo". O debate se intensifica com a participação de outras pessoas da plateia, que questionam a legitimidade da composição do comitê e a demora na realização de novas eleições. Há críticas sobre conselheiros eleitos que nunca compareceram às reuniões e uma demanda para que a coordenação do comitê seja feita por quem vive a realidade da rua.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Castor expressa discordância sobre como as pautas são definidas em reuniões extraordinárias, argumentando que as devolutivas devem ocorrer na reunião mensal para que todos possam participar, uma vez que nem todos têm recursos para comparecer a múltiplos encontros. Ele reforça que sua fala deve ser respeitada pelos seus 20 anos de trajetória no movimento.

Luciana Braga (SGM) defende a importância da apresentação do Censo, argumentando que os dados são ferramentas fundamentais para o planejamento de políticas públicas e para a cobrança do poder público. Ela ressalta a necessidade de diagnóstico para entender as necessidades específicas de mulheres e crianças.

José França manifesta indignação com a falta de respeito de representantes de certas secretarias, mencionando especificamente a ausência da Secretaria de Saúde. Ele defende que a pauta deve priorizar as denúncias da população, afirmando que os números dos censos passados foram manipulados e que a realidade da calçada é muito mais grave do que as estatísticas mostram.

Alex questiona as devolutivas que não foram feitas de denúncias anteriores.

Roseli informa que se faz necessário se colocar no censo pessoas que não estiveram no censo passado e que para isso é necessário se trabalhar com a verdade e os números reais.

Castor pega o microfone e informa que o comitê foi inventado para falas abertas da população em situação de calçada e fala que primeiro é a fala aberta.

Mary Luciana (SMADS) explica que o Censo 2026 ainda não foi realizado e que a apresentação serve para envolver a população no planejamento. Ela afirma que o censo ajudará a dimensionar a demanda por serviços nos territórios, como acolhimento e convivência, e reforça que o processo deve incluir o olhar da população trans e de outros grupos específicos.

No decorrer da reunião abre-se para falas abertas com um total de 10 nomes o tempo máximo de 3 minutos cada.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Ingrid primeira inicia sua fala criticando a falta de resolutividade do comitê, mencionando que, embora as demandas tenham sido ouvidas no ano anterior, nada de concreto foi realizado. Ela exige respeito aos direitos das pessoas autistas e denuncia as graves violações sofridas por pessoas com deficiência dentro dos abrigos, onde afirma que qualquer desequilíbrio emocional é genericamente rotulado como esquizofrenia por falta de preparo das equipes. A oradora relata que seus filhos foram retirados de sua guarda após ela ter feito denúncias no comitê, interpretando essa ação como uma estratégia para silenciar as mães em situação de vulnerabilidade. Ingrid descreve condições precárias nos equipamentos, como a oferta de alimentação estragada, presença de percevejos nos dormitórios e o descaso com mães grávidas. Ela questiona a eficácia da presença de psicólogos e orientadores que, segundo seu relato, não realizam encaminhamentos efetivos. Ingrid também cobra o paradeiro de programas de habitação e locação social, enfatizando que a população não deseja apenas melhorias nos abrigos, mas sim moradia digna. Por fim, defende que a composição da mesa do comitê seja reformulada para incluir representantes de categorias específicas, como mães solo, pessoas com deficiência e a comunidade LGBTI+, encerrando sua fala com um apelo por soluções imediatas em vez de apenas reuniões de escuta.

Iara próxima inscrita inicia sua fala apresentando-se como uma pessoa em situação de vulnerabilidade e direciona críticas severas à organização responsável pela gestão de vagas de acolhimento. Ela denuncia a falta de assistência para pessoas com deficiência e para a comunidade LGBT+, afirmando que essas populações são negligenciadas e tratadas com preconceito pelos serviços de assistência social. A oradora relata sua experiência pessoal e a de seu companheiro, mencionando que, ao buscarem vaga na Vila Reencontro, foram informados de que não havia disponibilidade. Iara contesta essa informação, afirmando que existem contêineres vazios e que a negativa de acolhimento é motivada por homofobia e transfobia, priorizando apenas o modelo de "família tradicional". Ela critica a gestão de coordenadores específicos, alegando que promessas são feitas à população sem que sejam cumpridas, e menciona que o atendimento na Secretaria de Direitos Humanos é burocrático e ineficaz. Iara destaca o contraste entre o tratamento recebido durante o período eleitoral, quando afirma que a população é tratada com atenção em busca de votos, e a realidade do cotidiano, onde continua dormindo na calçada, mesmo com problemas de saúde e mobilidade. Por fim,



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

ela expressa descrédito quanto à resolução de sua situação por meio daquelas instâncias, reiterando que sua realidade permanece sendo a de dormir na rua.

Michele inicia sua fala apresentando-se como mãe e solicita a escuta atenta dos presentes. Ela direciona um questionamento direto à Secretaria de Direitos Humanos sobre a falta de uma vaga de acolhimento, ressaltando que sua filha está prevista para nascer no dia 20 e que ela continua dormindo na calçada. Ela denuncia que o sistema tenta separar sua família por não reconhecer o pai não biológico e critica a oferta exclusiva de vagas de "pernoite". Ela descreve a dificuldade física de carregar cerca de 60 kg de bagagem, que inclui os documentos e itens de seu pré-natal, por não ter um local fixo para guardar seus pertences. Michele questiona o paradeiro das inúmeras reclamações que abriu na Ouvidoria de Direitos Humanos e na SMADS, destacando sua condição de mãe atípica e autista de nível um de suporte. Ela expressa gratidão ao serviço do "Chá do Padre", afirmando que é o único local onde consegue manter sua higiene pessoal e recebe acolhimento digno dos orientadores. Por fim, Michele questiona por que famílias em situação de vulnerabilidade não têm acesso a espaços com autonomia, como a Vila Reencontro, e menciona sua tentativa frustrada de pleitear uma organização para mães solo e diversas. Ela encerra reforçando que, independentemente da orientação de gênero ou raça, o significado de ser mãe deve ser respeitado pelo poder público.

Arlion inicia sua intervenção defendendo a importância do respeito e da valorização da família como base de um país. Ele expressa indignação com a situação de vulnerabilidade das famílias brasileiras, mencionando que o país e sua moeda estão desvalorizados, o que reflete no tratamento indigno dado aos cidadãos. O orador ressalta que São Paulo deveria ser um local de acolhimento para todos, mas critica a expulsão de pessoas de outros municípios que acabam buscando refúgio na capital sem encontrar a assistência necessária. Ele argumenta que é dever do Estado garantir moradia, saúde e alimentação dignas, afirmando que o país possui recursos suficientes para prover o básico a todos, mas que falta reconhecimento e cobrança dos direitos. Durante sua fala, Arlion aponta a contradição entre a realidade de quem dorme na calçada e a vida de autoridades que usufruem de privilégios e viagens às custas do país. Ao ser questionado pela mesa sobre uma denúncia específica contra algum equipamento, ele relata problemas graves na logística de alimentação nos serviços do "Ponto Forte" e no "Rodrigo Silva". Arlion denuncia que as marmitas, que deveriam ser



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

entregues antes das 11h, estão chegando com atraso constante, por volta das 13h ou após o meio-dia, prejudicando a população atendida.

Braysson apresenta-se como residente de São Paulo há sete anos e relata conviver com HIV há 21 anos. Denuncia uma situação ocorrida em uma rede de hotéis sociais, onde afirma ter descoberto que sua ficha de cadastro continha a obrigatoriedade de declarar sua sorologia positiva para HIV, o que considera uma violação de privacidade.

Descreve condições precárias em diferentes unidades de acolhimento, mencionando falta de higiene e presença de baratas. Relata que, em uma das unidades, chegou a realizar tarefas de limpeza por falta de funcionários específicos. Braysson expressa indignação ao ser informado por um funcionário de que seria obrigado a declarar sua condição de saúde, argumentando que em nenhum lugar do mundo as fichas de acolhimento deveriam exigir esse tipo de informação pessoal. Além disso, ele critica a qualidade da alimentação oferecida, mencionando o fornecimento de empanados e salsichas, o que considera inadequado para sua saúde. Braysson também relata ter sofrido homofobia por parte de um funcionário e que, após um desentendimento relacionado a comentários sobre religião e séries de televisão, acabou sendo colocado para fora do equipamento, perdendo pertences pessoais como secador e prancha de cabelo. O orador finaliza reafirmando sua fé e sua identidade, pedindo ajuda para ter acesso a oportunidades de emprego em sua área de atuação como colorista e maquiadora, em vez de continuar sofrendo humilhações no sistema de assistência social.

Com base no registro da Plenária do Comitê Pop Rua realizada em 4 de fevereiro de 2026, segue o relato em terceira pessoa da manifestação de Castor:

Castor inicia sua intervenção expressando o desejo de que suas palavras cheguem às mais altas instâncias do poder, incluindo a Presidência da República, o Governo do Estado e a Prefeitura. Ele critica a ausência dos 55 vereadores da capital na reunião, afirmando que a miséria é frequentemente utilizada como plataforma política, mas que a obrigação constitucional de dar moradia digna não é cumprida. O orador solicita que sua fala seja registrada integralmente em ata e expressa descrença quanto às devolutivas de gestões passadas e atuais, que, segundo ele, costumam adiar soluções para problemas urgentes. Castor manifesta apoio a outros participantes que demonstram revolta, como o cidadão Alex, argumentando que o comitê deve ser um



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

espaço para extravasar a indignação de quem vive a realidade da violação de direitos nas ruas. Ele relata sua experiência de 20 anos de participação nesses fóruns, ressaltando que não é possível manter a passividade ou desejar "boa tarde" em um contexto em que brasileiros são violentados e têm seus direitos básicos ignorados nas calçadas. Castor enfatiza que a realidade de um país rico como o Brasil é contraditória à situação de miséria extrema que observa diariamente. Por fim, como encaminhamento oficial, ele exige que o conteúdo daquela reunião seja levado formalmente ao conhecimento do Presidente da República, do Governador e dos vereadores. Ele encerra afirmando que teria muito mais a relatar, especialmente sobre a situação de cadeirantes abandonados nas calçadas, mas que seu tempo de fala é limitado para respeitar os demais presentes.

Luzia Veríssimo apresenta-se como espírita e relata sofrer um grande desgaste psicológico devido ao sofrimento que observa e vivência nas ruas. Ela compartilha que já esteve em situação de rua e que já sofreu agressões físicas ao tentar defender pessoas que vivem nas calçadas. A oradora denuncia uma situação ocorrida em um equipamento de acolhimento (Macedônia), onde afirma ter feito uma queixa à Ouvidoria de Direitos Humanos sobre a má alimentação e o comportamento inadequado de um funcionário. Segundo seu relato, uma cozinheira que testemunhou a agressão psicológica sofrida por Luzia acabou sendo demitida 24 horas após o ocorrido, enquanto o agressor não sofreu punições. Outro caso grave relatado por Luzia envolve uma mãe estrangeira com uma criança. De acordo com a oradora, em vez de oferecer apoio assistencial, a equipe do equipamento chamou o Conselho Tutelar para retirar a criança da mãe. Luzia descreve que a mulher foi colocada de volta na rua, sem seus pertences e sem qualquer suporte psicológico, tendo suas roupas jogadas na calçada.

Ela critica duramente a postura de psicólogos e assistentes sociais nesses locais, afirmando que, em situações de vulnerabilidade, o sistema opta por punir a mãe em vez de oferecer acolhimento. Por fim, Luzia relata que precisou buscar abrigo em ocupações por não encontrar dignidade nos equipamentos oficiais e reforça que a luta da população é por moradia e, acima de tudo, por respeito dentro dos serviços públicos.

Jenneferly apresenta-se como acolhida do equipamento Armênia 2 e relata que sua fala não é apenas uma reclamação, mas um desabafo sobre situações recorrentes no sistema de assistência social. Ela destaca que muitas pessoas em situação de rua possuem particularidades, como adicções ou questões de saúde (HIV e saúde mental),



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

e denuncia que funcionários utilizam essas condições contra os acolhidos para deslegitimar suas vozes, rotulando-os como "barraqueiros" quando tentam reivindicar direitos com educação. Aponta falhas graves na inauguração do Armênia 2, afirmando que o local foi aberto sem condições adequadas. Ela menciona a falta de talheres para as refeições, a ausência de locais para estender roupas lavadas e o fato de os acolhidos terem que comer em cima das camas por falta de mesas. Jennifer relata sofrer perseguição por parte da equipe técnica após ter solicitado uma "esporádica" (autorização de saída), direito que, segundo ela, foi ameaçado de suspensão pela técnica da unidade. Ela denuncia ainda a falta de ética profissional, relatando que funcionários compartilham informações sigilosas de prontuários e relatórios de vida pessoal com outros conviventes. Jennifer afirma que seu nome foi exposto em rodas de conversa entre funcionários logo na inauguração do serviço, o que gerou um tratamento de indiferença por parte da equipe. Por fim, a oradora ressalta que sua experiência em diversos serviços de acolhimento a impede de ser manipulada pelo sistema e critica a "panelinha" entre gerentes e supervisores que prejudica o atendimento aos usuários.

Ramirez apresenta-se como cidadã venezuelana, advogada e promotora em seu país de origem, residindo no Brasil há mais de dois anos. Ela inicia sua fala denunciando que foi alvo de ameaças por parte de funcionários de equipamentos de acolhimento devido às denúncias que realiza em defesa de seus direitos humanos. A oradora relata uma situação de extrema gravidade envolvendo seus dois filhos, informando que foram vítimas de violência e sua filha menor sofreu abuso ao ser sequestrada enquanto estavam em situação de vulnerabilidade. Ela afirma possuir todo o prontuário médico e expedientes que comprovam as agressões sofridas pelas crianças. Ramirez denuncia que a Vila Armênia 2 dificultou a entrada de seus filhos e que, apesar de haver módulos vazios no local, os funcionários alegaram que tais espaços estariam "reservados", impedindo que as crianças ficassem com ela no quarto. Ela descreve que um de seus filhos sofre de esquizofrenia e outro apresenta lesões físicas decorrentes de períodos em que estiveram desassistidos. A oradora contesta as informações da gestão do abrigo, afirmando que os módulos maiores permanecem desocupados enquanto estrangeiros e brasileiros, incluindo gestantes e crianças doentes, permanecem desamparados. Relata ainda sofrer pressão psicológica, mencionando que foi informada de que, se continuasse a fazer denúncias, seria retirada do local e transferida para um equipamento muito distante de seu trabalho e da escola dos filhos. Ela encerra sua fala pedindo uma solução imediata para que seus filhos possam entrar e



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

permanecer acolhidos com ela, apresentando documentos da OAB, Polícia Federal e exames médicos para embasar seus pedidos.

Ao final da fala de Ramirez, **Mary**, assessora técnica da **SMADS**, intervém para acolher o caso. Ela reconhece que se trata de uma situação de extrema complexidade e delicadeza, especialmente pelos relatos de violência e questões de saúde envolvendo os filhos da oradora. Mary propõe que, logo após o encerramento daquela sessão, as duas se reúnam reservadamente para que ela possa analisar com calma todos os documentos apresentados (como os expedientes médicos e da Polícia Federal) e, assim, verificar as reais possibilidades de resolução e assistência para o caso.

Cristiano inicia sua fala afirmando que adotará um tom mais moderado e observa que, em cada reunião que comparece, há rostos diferentes na coordenação. Ele destaca que a baixa participação da população em situação de rua nas plenárias é um problema recorrente e lança um desafio direto à mesa: que o comitê vá até onde a população está, em vez de esperar que ela venha até a Câmara. O orador sugere que reuniões sejam marcadas em locais de grande concentração, como o "Chá do Padre", para explicar o que é o comitê e para que ele serve, já que muitas pessoas nas ruas desconhecem a instituição. Cristiano afirma que conhece bem a realidade do centro de São Paulo, tendo vivido 13 anos na rua, e se coloca à disposição para ajudar nessa mobilização, reforçando que cobrará a execução dessa proposta. Em um segundo momento, ele expressa gratidão a duas funcionárias da empresa SMADS, mencionando-as nominalmente. Cristiano relata que, embora tenha chegado ao comitê em reuniões anteriores de forma revoltada e com denúncias, essas profissionais foram fundamentais para ajudá-lo em um momento de vulnerabilidade, oferecendo direção e visibilidade à sua vida. Ele encerra pedindo uma salva de palmas para elas, defendendo que é justo dar honra a quem trabalha corretamente, sem que isso seja interpretado como "puxar saco", e reitera que sua prioridade é ver as propostas de aproximação com a rua colocadas em prática.

Após falas abertas vem a apresentação do SENSO PopRua.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Alan (Instituto Qualest) Alan apresenta a metodologia técnica do Censo 2026. Ele explica que o trabalho envolve contagem rápida, entrevistas amostrais detalhadas e entrevistas qualitativas gravadas. Detalha que a coleta ocorre à noite para facilitar a identificação e que utilizam tecnologia de georreferenciamento para garantir a transparência dos dados.

Roseli destaca que o censo é a questão mais importante da conjuntura política e social atual. Ela relata sua experiência em censos anteriores, alertando que os roteiros nem sempre refletem a realidade nômade da população de rua. Denuncia que, em edições passadas, ações de zeladoria e da polícia ocorriam horas antes da contagem para retirar as pessoas dos locais e evitar que fossem contabilizadas. Sugere que a contratação para a pesquisa priorize pessoas que já viveram na rua, pois elas possuem a expertise necessária para acessar "malocas", terrenos abandonados e fluxos onde a população se esconde.

Júlia Lima Recomenda que o comitê seja incluído ativamente em todas as fases da execução da pesquisa. Ela informa que o Fórum da Cidade enviou uma recomendação formal com diversos pontos, incluindo a necessidade de fiscalizar intervenções policiais durante a contagem. Sugere a inclusão de contagem em hospitais e Centros de Detenção Provisória (CDP), além de propor a inserção de uma pergunta específica sobre deficiência no questionário rápido de rua.

Alan informa que o edital deste ano prevê a possibilidade de refazer a contagem em territórios onde forem documentadas intervenções policiais ou da GCM que prejudiquem o censo. Ressalta o acompanhamento intenso do Ministério Público Federal e confirma que outras pastas, como Saúde e Segurança Pública, assumiram o compromisso de compartilhar dados de pessoas em situação de rua acolhidas em seus equipamentos.

Michele Questiona a metodologia do censo em relação aos dias de chuva e aos finais de semana. Ela argumenta que a população de rua permanece no local de segunda a segunda, independentemente do clima, e expressa preocupação de que a suspensão da coleta em dias chuvosos possa gerar dados que não representam a realidade cotidiana.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

José França Critica o uso do termo "especialista em população de rua" por técnicos que não possuem a vivência direta. Ele contesta a validade das informações coletadas apenas por observação (quando o pesquisador marca dados sem entrevistar a pessoa) e questiona o horário das abordagens (22h às 05h), argumentando que esse período prejudica a qualidade das respostas devido ao sono ou ao uso de substâncias, sugerindo que o fluxo maior ocorre durante o dia.

Mabel sugere a inclusão de CAPS AD e comunidades terapêuticas na contagem. José Henrique reforça que a pesquisa não deve ser feita para agradar à secretaria, mas para refletir a realidade, e alerta para a necessidade de autonomia dos pesquisadores para entrar nos serviços sem depender de autorizações prévias que possam mascarar os números.

Maria Thuane Encerra as falas pedindo desculpas por tensões anteriores com a coordenação e o Ministério Público, mas reafirma a urgência de olhar para a comunidade LGBT+. Ela solicita uma visita integrada ao Hotel Florescer 9 de Julho para apurar denúncias de descaso e pede atenção especial às mulheres surdas e homens gays que sofrem desligamentos arbitrários dos serviços de acolhimento.

A reunião é encerrada pela coordenação com agradecimentos à empresa contratada e aos presentes.

Observação de Presença: Ressalta-se que, embora não constem assinaturas na lista de presença física/digital, as representantes **Luciana Braga (SGM)** e **Maria Isabel Capinan (SGM)** participaram ativamente da reunião.

Encaminhamentos:

N.	Descrição	Responsável	Órgão
01	Instauração imediata de um Comitê de Averiguação Preliminar para fiscalizar a situação - Morada São João	SGM Luciana	SGM/SM DHC
2			



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Link Lista de presença: [Lista Presença](#)

Link da Ordinária disponível no Youtube: [Ordinária N°135 Comitê PopRua](#)

Apresentação: [Censo PopRua 2026](#)